

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DAS ARAUCÁRIAS, SÃO DOMINGOS E GALVÃO, SC

Silvia Mara Zanela Almeida¹
Luciano Pessoa de Almeida²
Manuela Gazzoni dos Passos³
Geisa Percio do Prado⁴
Diego Miguel Walendorff⁵

RESUMO

O uso e a ocupação das terras no entorno do Parque Estadual das Araucárias (PEA) é inerente a sua conservação. Dessa forma há uma legislação pertinente a qual regulariza as suas ações. Sabe-se que as atividades agropecuárias e a exploração de recursos naturais resultam em processos de perda e fragmentação de habitats, alterando diversos processos biológicos e fragilizando ecossistemas, com consequências que implicam perdas na diversidade biológica. O estudo tem como objetivo principal o levantamento das atividades econômicas e possibilidades de recuperação na zona de amortecimento do Parque Estadual das Araucárias. A pesquisa baseou-se em visitas nas propriedades localizadas no entorno do Parque, sendo realizada uma entrevista composta por um questionário com perguntas semiestruturadas, onde os entrevistados abordados puderam expressar suas opiniões, rotinas do dia a dia e representatividade do PEA. O presente levantamento demonstrou que a visão dos moradores em relação ao PEA é distinta, evidenciando que há uma necessidade de conscientizá-los, mostrando as mais diversas formas de manejo sustentáveis, de forma que possam ter uma visão holística do Parque e se tornem participantes interinos na gestão ambiental, buscando com isso a conservação da biodiversidade e o equilíbrio ecológico.

Palavras-chave: Zona de amortecimento. Conscientização. Preservação.

1 INTRODUÇÃO

As áreas de entorno de Unidades de Conservação (UC) são chamadas zonas de amortecimento e estão sujeitas a normas e regras especiais. São legalmente criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e, quando necessário, consulta à população. Como exemplo, cita-se o Parque Estadual das Araucárias (PEA), exclusivamente coberto por Floresta Ombrófila Mista. Sua zona de amortecimento (ZA) caracteriza-se por ser uma área de significativa atividade econômica, com características eminentemente rurais, em que se destacam a agricultura de soja e milho, os reflorestamentos de espécies nativas e exóticas, a avicultura e a suinocultura.

A zona de amortecimento do PEA influencia de forma direta e indireta, havendo necessidade de estratégias para a sua conservação, as quais têm a missão de intermediar o relacionamento dos atores envolvidos socioeconomicamente (FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 2007).

¹ Mestre em Agronomia/Fisiologia Vegetal; Bióloga; Docente na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus de Xanxerê; smzanela@yahoo.com.br

² Mestre em Agronomia/Fisiologia Vegetal; Engenheiro Agrônomo; Técnico na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó; agronomolucianoalmeida@gmail.com

³ Doutora em Ciências Biológicas; Bióloga; Docente na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus Chapecó; biologamanu@gmail.com

⁴ Mestre em Ciências Ambientais; Bióloga; Docente na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus Chapecó; biologageisa@gmail.com

⁵ Biólogo; diegowalendorff@hotmail.com

O monitoramento das atividades locais e a educação ambiental dos moradores trazem resultados positivos para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 1998). Essa concepção traz uma nova dimensão ao planejamento do território, conectando os planos setoriais e estimulando o diálogo entre políticas locais estabelecidas pelos municípios e organizações de apoio, que são os grandes responsáveis por definir o uso e a ocupação da terra nas mais diversas paisagens (FREITAS, 2009).

O processo participativo no planejamento deve envolver todos os grupos relevantes para o manejo da UC, como os moradores locais, os usuários dos recursos, as organizações não governamentais ambientalistas, outros tipos de organizações não governamentais e associações de base, prefeituras, setor privado, comunidade acadêmica, administrações regionais e instituições federais (WORLD WILDLIFE FUND/INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS, 2012).

Conforme Lucas (1992), é fundamental conscientizar e convencer as comunidades sobre a importância da conservação da biodiversidade e seus valores intrínsecos, humanos e de manutenção para a própria vida, considerando que as paisagens protegidas e suas zonas de amortecimento devem tanto demonstrar a aplicação dos princípios da estratégia de conservação da natureza em nível regional e local quanto ser exemplos de uso ambientalmente sustentável, do qual depende o futuro do Planeta e das pessoas.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é conhecer a percepção ambiental e as atividades socioeconômicas das famílias do entorno do Parque Estadual das Araucárias.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O Parque Estadual das Araucárias (PEA) está localizado nos municípios de São Domingos e Galvão, SC, e possui coordenadas geográficas: 26°27'08"S e 52°33'56"W. Abrange uma área de 612 hectares e foi criado com o objetivo de conservar a amostra de Floresta Ombrófila Mista, ameaçada pelas ações antrópicas nas suas áreas de ocorrência natural. É importante ressaltar a ocorrência de duas espécies em extinção, a *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze (araucária) e *Dicksonia sellowiana* (Presl.) Hooker (xaxim).

O Parque está inserido na Bacia do Rio Chapecó, sendo que no interior do Parque se encontra o Rio Jacutinga, afluente do Rio Bonito, importante afluente do Rio Chapecó (FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 2007).

Segundo Metzger (2001), medidas de planejamento ambiental, como o levantamento do uso das terras, é fundamental para o entendimento da forma com que o espaço está sendo ocupado pelo homem e para a compreensão da organização espacial da paisagem, visando à sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Assim, a amostra da pesquisa foi constituída por todos os moradores que residem nas propriedades no entorno do Parque. Foi realizado um questionário composto por perguntas de múltipla escolha e abertas, sendo que os entrevistados puderam expressar suas opiniões, rotinas do dia a dia e a representatividade do PEA. O questionário aplicado foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unoesc.

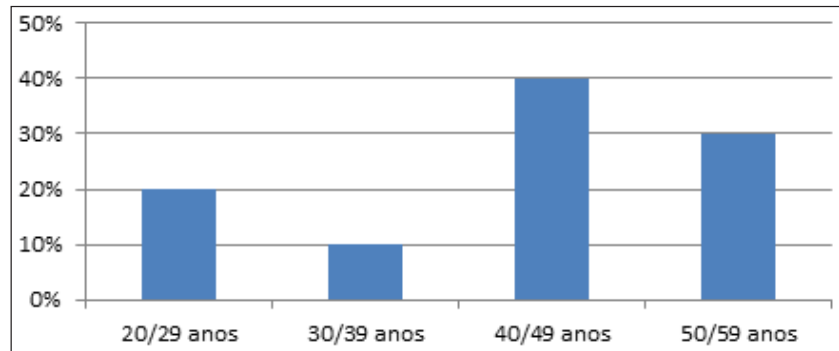
A tabulação dos dados e a confecção dos gráficos foram realizadas por meio do software Excel®.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No entorno do PEA, residem 15 famílias. Destas, todas foram abordadas, e 10 famílias aceitaram responder ao questionário. Algumas famílias de agricultores que possuem terras que fazem divisa com o PEA se recusaram a responder ao questionário por motivos particulares. Foi apresentado o projeto da pesquisa, os riscos e benefícios e solicitada a assinatura no termo de consentimento livre esclarecido, em duas vias, sendo que uma ficou em posse da família com os contatos dos pesquisadores.

Após a compilação dos resultados foi possível identificar que 40% dos entrevistados possuem idades entre 40 e 49 anos, seguidos de 30% com faixa etária entre 50 e 59 anos (Gráfico 1).

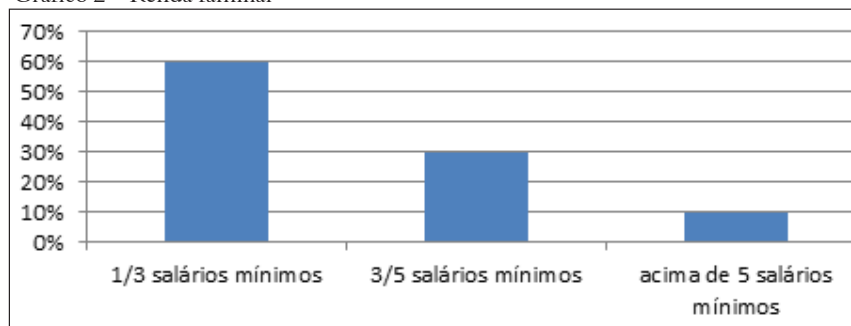
Gráfico 1 – Faixa etária



Fonte: Almeida (2014).

Quanto à renda familiar, por se tratar de pequenas propriedades rurais a renda provém da agricultura familiar, sendo que 60% dos entrevistados mantêm suas famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos, 30% com renda entre 3 e 5 salários mínimos e apenas 10% com renda acima de 5 salários mínimos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Renda familiar

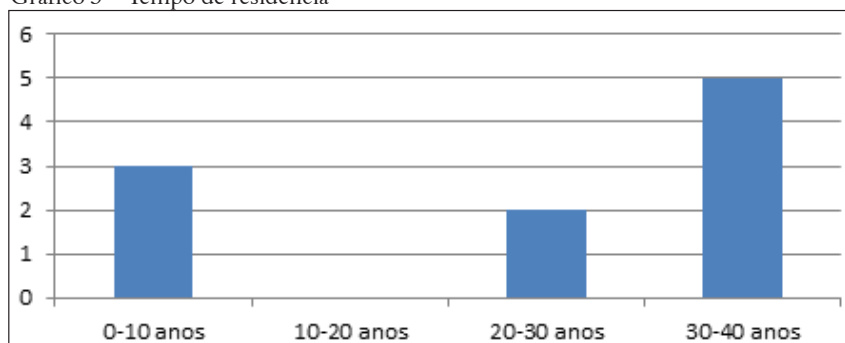


Fonte: Almeida (2014).

Conforme Bavaresco (2006), o desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina foi marcado pelo empenho na conquista de suas fronteiras e pelo interesse da sua exploração econômica por meio das frentes de colonização, visando à riqueza de suas terras. Por meio da história da ocupação e colonização, observam-se a cultura dos atores e as relações sociais durante os quatro ciclos econômicos: Pecuária, Erva-Mate, Madeira e Agroindustrial, que ali se configuraram. Dessa forma, é possível chegar a uma visão realista da questão agrícola no Brasil, quando a opção nacional se faz por um modelo de produção agrícola equilibrado entre a grande agricultura de exportação e a proposta de incentivo à agricultura familiar.

A informação tempo de residência ganha destaque visto que 50% dos moradores entrevistados reside no entorno do PEA há mais de 30 anos, e 20% moram de 20 a 29 anos, sendo os demais moradores recentes. Esses moradores participaram e acompanharam o desenvolvimento da região e as modificações do ambiente local, dessa forma tornam-se fator importante para esta pesquisa (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Tempo de residência



Fonte: Almeida (2014).

Dos entrevistados, 60% disseram que conhecem o Parque e mantiveram contato com ele de alguma forma. Já 40% não o conhecem ou não adentraram no PEA. Esse dado é relevante, pois apesar de a maioria residir há muitos anos no local, não tem o envolvimento com o Parque. Esse envolvimento é de extrema importância para a obtenção de resultados positivos no entorno, como soluções relativas para melhor conservação da Unidade e conscientização ambiental.

Caberia uma reflexão sobre a acessibilidade para a presença desses moradores no Parque. Até o momento, o Parque não recebe visitantes, não tem guardas, e a sua gestão para autorizações fica a 100 km da sede. Portanto, esse fator é limitante para o envolvimento dos atores no processo de participação. Por outro lado, existe um grupo de apoio à gestão do Parque, chamado GRIMPEIROS, o qual busca nos moradores o envolvimento para o auxílio da gestão e cuidados com o parque.

Quando questionados sobre o que o PEA representa, 70% dos entrevistados responderam que representa preservação, seguido de 20% que avalia o local como uma bela paisagem e 10% como outros, ar puro, equilíbrio ambiental, capão de mato.

Cada indivíduo enxerga e interpreta o meio ambiente de acordo com o seu olhar, suas experiências, bem como suas expectativas e ansiedades. Se as áreas protegidas puderem gerar alguma forma de vínculo com a população, poderá surgir o sentido de patrimônio comum (NEIMAN; PATRICIO, 2010).

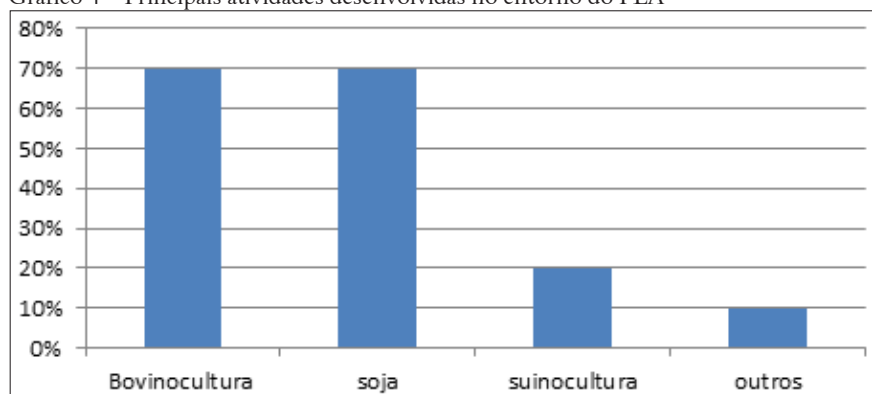
Nesse caso, não se percebe o sentimento de pertencimento, mas de um ambiente alheio a sua propriedade.

Quando perguntado se o Parque deve ser preservado, 100% das respostas foram de que deve ser preservado, pois se sabe que ele possui uma enorme diversidade ecológica, o que evidencia o cuidado e a preocupação das pessoas entrevistadas.

Se, por um lado, a conservação ambiental precisa ser vista como projeto coletivo, por outro, ela precisa ser igualmente assimilada como projeto individual e/ou familiar. Na verdade, mudanças (de práticas, de valores, de percepção) e novidades (procedimentos, regras, restrições) precisam ser assimiladas pelas pessoas. Lembra-se que nenhuma ação intencional do ser humano sobre a natureza inicia sem representações ou ideias que, em essência, refletem as condições da existência humana (DIEGUES, 2001).

As principais atividades levantadas no entorno do Parque, em 70%, estão ligadas à produção de soja e à bovinocultura (Gráfico 4). A região possui uma grande produção de soja transgênica, sendo esta favorecida pelos solos férteis. A demanda na produção é ampla, promovendo a mecanização das propriedades, e, com isso, a ampliação da área se torna cada vez maior (desflorestamento de capões, uso do fogo, entre outros manejos inadequados). Também cabe ressaltar que para uma boa produção é necessário o uso constante de agrotóxicos, estes, muitas vezes, utilizados de forma excessiva e inadequada, causando contaminação do solo, dos lençóis freáticos e das nascentes.

Gráfico 4 – Principais atividades desenvolvidas no entorno do PEA



Fonte: Almeida (2014).

Outra questão importante é a criação de bovinos, a qual provoca degradação do solo pela alta compactação e por invasões ao meio por se tratar de animais que necessitam de delimitações, como cercas e barramentos, para não danificarem os remanescentes em busca de alimento, proteção do sol e das chuvas. Cerca de 20% da produção do entorno do Parque é de suinocultura, que consiste na produção de grande quantidade de animais confinados em um

pequeno espaço, o que, conseqüentemente, gera uma elevada quantidade de dejetos, com alto potencial de degradação ambiental, acima dos níveis toleráveis. O solo da região possui grande capacidade de infiltração (latossolo vermelho), conseqüentemente a poluição das águas é inerente a todo esse ciclo, comprometendo a qualidade tanto das águas subterrâneas quanto das superficiais. Citam-se, ainda, as atividades menos desenvolvidas, cerca de 10%, denominadas outros: cultivo de feijão e de milho, avicultura, criação de gado para corte, entre outros.

A Fundação do Meio Ambiente (2007) estabelece que todas as propriedades devem ter a averbação das reservas legais em cartório, como forma de criar corredores ecológicos, possibilitando a conectividade entre fragmentos para deslocamento dos animais, regeneração de áreas degradadas, a fim de amenizar os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente com o uso e a ocupação do solo de maneira ordenada.

A pesquisa apresentou que 40% dos entrevistados possuem reserva legal consolidada, e 50% estão em processo de averbação. Os outros 10% ainda não se adequaram à normatização.

Conforme determinado pelo Plano de Manejo do PEA (FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 2007), a Zona de Amortecimento (ZA) possui regras, normas e restrições específicas de utilização:

- a) a implantação de empreendimentos na ZA, quando potencialmente causadores de impacto negativo ao Parque, deve ser submetida a licenciamento ambiental, o qual deverá ter anuência da Fatma;
- b) é proibido o despejo de dejetos domiciliares e da suinocultura diretamente no ambiente natural dentro da ZA;
- c) todas as propriedades deverão ter a averbação das Reservas Legais (em cartório);
- d) a introdução de novas espécies vegetais e animais exóticos (especialmente as potencialmente invasoras) com finalidade comercial na ZA deverá obter avaliação do risco de dispersão e/ou contaminação biológica, e somente será permitida sua instalação após autorização emitida pela Fatma;
- e) todas as atividades de silvicultura desenvolvidas na Zona de Amortecimento deverão ser licenciadas pela Fatma;
- f) deverão ser respeitadas integralmente as normas específicas definidas nas Áreas Estratégicas Externas.

Os casos não cobertos pelas normas especificadas no Plano de Manejo devem seguir as normas estabelecidas na legislação pertinente, sendo que, quando necessário, a Fatma poderá emitir normatizações complementares (FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 2007).

Para que a agricultura familiar desenvolva a conservação do meio ambiente e interaja com ele, é necessário o desenvolvimento de tecnologias adaptadas para a região e novos métodos de manejo, entre eles a adoção de técnicas agroecológicas de produção de alimentos (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2003).

4 CONCLUSÃO

Ao analisar o presente estudo, verificou-se que para a preservação do Parque Estadual das Araucárias é de extrema importância a implementação das mais diferentes legislações, as quais normatizam e restringem a ação antrópica na área do entorno do Parque. Sabe-se, também, da imensa qualidade e quantidade biológica daquela região; conclui-se que seja de extrema importância que as atividades que possuem alto potencial negativo sejam controladas e, se possível, sejam substituídas por outras de caráter sustentável, como pede o Plano de Manejo estabelecido pela Fatma. A conscientização e a introdução de manejo sustentável nas atividades confrontam vários interesses necessitando o envolvimento de todos para que se possam alcançar resultados positivos, ou seja, a sustentabilidade da região.

Environmental perception and socioeconomic activities in the environment of the Araucaria State Park, São Domingos and Galvão, SC

Abstract

The use and occupation of the lands around Araucárias State Park (PEA) is inherent in its conservation, in this way, there is a pertinent legislation that regulates these actions. It is known that agricultural activities and exploitation of natural resources result in processes of

loss and fragmentation of habitats, altering several biological processes and weakening ecosystems with consequences that imply losses in biological diversity. The main objective of this study is the survey of economic activities and possibilities of recovery in the buffer zone of Araucaria State Park. The research was based on visits to the properties around the park, a questionnaire was applied with semi-structured questions, where the respondents were able to express their opinions, daily routines and the representativeness of the PEA. The present survey shows that the vision of the residents in relation to the PEA is distinct, highlighting that there is a need to raise their awareness, showing more diverse forms of sustainable leadership, in order to guide a holistic vision and become effective participants in Environmental Management, thus seeking for the biodiversity conservation and ecological balance.

Keywords: Buffer zone. Awareness. Preservation.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

Ao Parque Estadual das Araucárias (PEA).

À Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Governo de Santa Catarina.

À Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus de Chapecó e de Xanxerê.

REFERÊNCIAS

BAVARESCO, P. R. Colonização do extremo oeste catarinense: contribuição para a história campesina da América Latina. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito: ALASRU, 2006.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Agricultura orgânica/agroecológica. “**Seminário interno de troca de experiências**”. 2003. Disponível em: <<http://www.emater.or.gov/agroorg/Seminar/Pg35.html>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo PEA**. 2007. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/parque-estadual-das-araucarias>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

FREITAS, I. F. de. **Unidades de conservação no Brasil**: o plano estratégico nacional de áreas protegidas e a viabilização da zona de amortecimento. 2009. 119 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LUCAS, P. H. **Protected Landscapes**. A guide for policy-makers and planners. The IUCN Protected Areas Programme. London: Chapman & Hall, 1992.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, v. 1, n. 1, 2001.

NEIMAN, Z.; PATRÍCIO, R. F. Ecoturismo e conservação dos recursos naturais. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. (Org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, São Paulo: Manole, 2010. p. 84-104.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo das Unidades de Conservação**: Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia – Plano de Gestão Ambiental – fase 1. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental, Instituto Florestal, Fundação Florestal. São Paulo: SMA, 1998.

WORLD WILDLIFE FUND/INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS. **Gestão de unidades de conservação**: compartilhando uma experiência de capacitação. Brasília, DF: WWF: IPÊ, 2012.